

ENTREVISTA

com Luiz Fernando
Saraiva

**POR THIAGO ALVARENGA E
THIAGO MANTUANO**



Luiz Fernando Saraiva possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Foi professor de ensino fundamental e médio em escolas públicas e particulares de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, ministrou ainda aulas em Faculdades Particulares e cursos de especialização *lato-sensu* nos anos de 1990 até 2005. Em 2006 tornou-se professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e, em 2010, da Universidade Federal Fluminense. Foi editor da Revista *História Econômica & História de Empresas* e é o atual presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

Revista Cantareira [RC]: Disserte um pouco sobre suas linhas de pesquisa e pesquisas recentes.

Luiz Fernando Saraiva [LFS]: É um pouco estranho falar sobre as minhas pesquisas “recentes”, porque tenho a sensação de que ainda pesquiso as mesmas coisas desde o final da graduação e início do mestrado. Somente penso que as questões ficaram mais complexas. Iniciei minhas pesquisas investigando a transição do trabalho escravo para o livre na Zona da Mata mineira, região cafeeira considerada “periférica” em relação aos grandes centros produtores de café como o Rio de Janeiro e São Paulo. Ao final do mestrado, tinha a sensação de que não sabia de quase nada, mas discordava de várias coisas... principalmente da visão de que a região era “periférica” em relação aos grandes centros cafeeiros do Rio de Janeiro e São Paulo e de que, grande parte do atraso que a Zona da Mata mineira viveu (e vive até os dias de hoje), foi “culpa” da escravidão, o que contrasta com outras regiões que operaram com o trabalho livre e imigrante ao final do século XIX.

No doutorado, ao pesquisar as relações de poder entre esta região, o governo provincial de Minas Gerais e o Império Brasileiro, no período de 1853 a 1889, entendi que a produção econômica se relacionava de maneira muito mais complexa com o poder político. Apesar de a Mata mineira ser a região mais rica de Minas Gerais ao longo do século XIX, isto não se traduziu no controle da província e, ao final do período, a região perdeu a “disputa” pela alocação da capital de Minas Gerais (que ocorreu na passagem do Império para a República, entre 1889 e 1893, para ser mais exato).

A criação de Belo Horizonte foi uma conquista das regiões mais antigas de Minas Gerais – principalmente o “centro minerador” – em detrimento de vários outros projetos de capital que disputaram sediar o governo mineiro. A partir daí, a “nova capital” canalizou recursos econômicos e centralizou politicamente a antiga província das Minas, o que, em parte, explica a decadência da Mata mineira no século XX.

A essa decadência “real” se sobrepôs um discurso muito mais forte que é essa visão de periferia, de uma região atrasada, incompleta ou “menor” quando comparada com os grandes centros dinâmicos da economia brasileira.

Ainda durante o doutorado, me mudei para a Bahia, ao me tornar professor da recém criada Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Ao chegar lá, me deparei com questões semelhantes e diferentes em relação àquelas levantadas para o caso da Mata mineira. Semelhantes, pois também o Recôncavo era visto sob o signo do atraso e da incompletude econômica; a opção pela escravidão teria sido a grande causadora dessa situação. Diferentes, porque como é uma região de colonização muito mais antiga do que Mata mineira (desde o século XVI), percebi dinâmicas sociais complexas e experiências econômicas até então insuspeitas para mim. Encontrei na 1ª metade do século XIX a criação de associações mutualistas, de grande importância na economia local, formadas por homens livres pobres, artesãos e artífices tanto em Salvador (a capital da província), quanto em Cachoeira, cidade onde o campus de Humanidades da UFRB havia sido estabelecido. Deparei-me também com um processo de modernização caracterizado pela criação de bancos, indústrias e outras instituições ditas “modernas” em meio a uma das maiores sociedades escravagistas do país.

Pesquisei e escrevi algumas coisas sobre isso, porém em 2010 fui aprovado para o concurso de História Econômica da UFF e, voltando para o Rio de Janeiro, comecei a pesquisar, por influência da Professora Rita Almico – a quem tanto devo nas minhas pesquisas – as relações de crédito na Corte a partir de perspectivas não institucionais. Integrado aos grupos de pesquisa aqui na UFF, pesquisei execuções de dívidas, cadernetas de escravos, criação de instituições financeiras de origem popular, que acabaram por me levar à Espanha em um pós-doutorado onde tento fechar todas essas questões que anunciei antes.

Assim, procuro conciliar “transição da mão de obra” com as “relações de poder” entre e dentro das províncias do Império brasileiro no século XIX, com as diversas instituições financeiras e “modernas” surgidas ao longo daquele período. Intitulei essa pesquisa de “Raízes Escravas da Modernização Capitalista no Brasil” e, entre várias possibilidades, acho que isso me permite, por hora, integrar as várias indagações e investigações que venho tratando.

[RC]: A historiografia brasileira aborda a escravidão como fator chave na compreensão do processo de formação do Estado brasileiro, bem como a sua economia. Em vista disso, na sua avaliação, qual é a relação entre a modernidade e a escravidão?

[LFS]: Eu acho que a historiografia tem uma posição dúbia em relação à escravidão, mas isso não é um “problema”, isso faz parte da sociedade brasileira. A “historiografia” (esse ser etéreo que paira sobre os historiadores) e a sociedade brasileira reconhecem o papel central que a escravidão teve na construção da riqueza brasileira, no fato de que milhões e milhões de toneladas de açúcar, fumo, algodão, café e outros produtos foram plantados, colhidos, processados, transportados e embarcados por mãos escravas... Porém, essa mesma historiografia compartilha uma “culpa” que pertence ao senso comum de que a escravidão também contribuiu com tudo que nós temos de atrasados, arcaicos, violentos e desiguais.

Repare, é consenso entre os historiadores e cientistas sociais em geral – portanto é “verdade” – que a escravidão é responsável por grande parte das heranças negativas da sociedade contemporânea. A meu ver, o que uma grande parte dos observadores não consegue perceber é que essa escravidão injusta, violenta e desigual também foi extremamente moderna e eficiente, tanto na tarefa de explorar os trabalhadores (livres e escravizados), quanto na própria modernização dessa economia. É como se reconhecêssemos a importância do trabalho escravo, mas não dos seres humanos escravizados que, no limite, teriam sido “coisificados” ou “boçalizados” pela violência do cativo, na expressão de Caio Prado Júnior ainda na década de 1940. Existe uma certa dubiedade e um certo silêncio sobre a escravidão.

O que estou tentando dizer é que reconhecemos a importância do trabalho escravo como gerador de riquezas em termos genéricos e ainda de uma subjetividade e uma humanidade de quem viveu e resistiu a uma situação de exploração e coerção inimaginável. O que nem sempre é reconhecido é o papel dos escravos nesse processo de modernização como agentes ativos nesse processo.

A maioria dos comentadores no século XIX destacava o papel central que a escravidão tinha na nossa formação. A famosa expressão de Joaquim Nabuco, “a nossa única obra verdadeiramente nacional é a nódoa da escravidão” talvez seja a mais conhecida, mas está longe de ser a única. Praticamente todos os escritores do dezenove que se referiram à escravidão, o fizeram em termos negativos. A questão é o pacto silencioso acerca da necessidade da escravidão que se fez e se manteve ao longo daquele século. No discurso, todos eram contrários à escravidão, mas na prática todos compactuaram e usufruíram dela nos mais variados graus. É bem verdade que pouquíssimos tiveram a coragem de assumir, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, que a “África civiliza”. Esse silêncio grita de maneira impressionante até hoje.

A defesa da escravidão não foi dita, no máximo foi interdita, porém o trabalho escravo construiu o Brasil ao longo do período colonial e no momento da nossa construção enquanto Estado Nação. Não só permanecemos escravistas no momento da independência, como nos fizemos muito mais escravistas nesse período e depois. Essa afirmação é facilmente comprovada com números que, embora “frios”, escondem uma realidade terrível. De 1550 até 1780 mais ou menos, a América Portuguesa importou cerca de 2 milhões de africanos escravizados. No período da chamada “crise do sistema colonial” até a proibição efetiva do tráfico em 1850, nós importamos mais de 2 milhões de africanos reduzidos à escravidão. Ou seja, em quase 250 anos a América Portuguesa importou a mesma quantidade de escravos que o “Brasil” importou em pouco mais de 50 anos. Isso significa que nós reinventamos a escravidão, demos um significado e uma dimensão completamente novas para ela.

Podem parecer pouco significativo, mas o fato de que o Estado brasileiro ou a nação independente irá reforçar a escravidão via tráfico e enfrentar a maior potência mundial, a Inglaterra e sua política anti-tráfico, é muito importante. É só inverter a lógica que alguns silêncios vêm à tona, ao contrário do que diz o senso comum que a diplomacia brasileira pressionada pela Inglaterra acabou com o comércio de escravos em 1850, devemos pensar que desde 1808 a Coroa portuguesa, e depois a jovem nação brasileira, resistiu por quase cinquenta anos a pressão crescente ao combate anti-tráfico britânico.

De 1831 até 1850 a sociedade brasileira conviveu com o período do tráfico ilegal onde o silêncio sobre essa atividade, ainda mais lucrativa, tinha a conivência do próprio Estado, através de juizes, funcionários e políticos em geral. A esse silêncio ensurdecido se somou o impressionante período de 22 anos que vai da abolição real do tráfico em 1850 até a Lei do

Ventre Livre de 1872, onde quase desapareceram da crônica diária do Parlamento brasileiro projetos, leis ou discursos querendo acelerar o fim da escravidão entre nós. Não obstante, a Guerra da Secessão e o fim da escravidão nos EUA repercutiu muito entre nós, só que foi uma repercussão silenciosa, quase envergonhada. Foi somente ao final da Guerra do Paraguai que o debate abolicionista ganha relevo novamente com a lei do ventre-livre em 1871/72.

Esses exemplos mostram o ‘silenciamento’ da escravidão e, apesar disso, a nossa economia se expandia e se diversificava em ritmos alucinantes, inclusive com a construção de estradas de ferro, iluminação à gás de várias cidades brasileiras, canalização de rios, como o Maracanã aqui na Corte, a implementação de companhias de navegação, fábricas, sistemas de comunicação mais eficientes como o telégrafo e o telefone. Ou seja, além da expansão enorme da agroexportação, liderada pelo café, uma modernização, puxada pelo crescimento deste setor, também ocorria. O crescimento da agroexportação e as modernizações foram feitas pelo capital escravo e, não somente pela renda gerada, mas pelo trabalho real e concreto desses seres humanos e as necessidades de se controlar a população em geral e os escravizados em particular.

Sobre esse ponto, meu amigo e grande historiador da urbanização no século XIX, James Willian Goodwin Junior, cita um exemplo que eu considero o melhor de todos sobre modernização em sociedades escravistas. Ele encontrou uma propaganda nos jornais que divulgava a chegada dos telefones em Juiz de Fora, no ano de 1883. Esta propaganda dizia que esse novo aparelho tinha uma série de vantagens para os fazendeiros, especialmente que, em caso de insurreição do pessoal da fazenda, rapidamente poderia se avisar a polícia para se reprimir o levante. O silêncio sobre a escravidão (pessoal da fazenda) e o controle moderno sobre a mesma (telefonar para o delegado de polícia), a meu ver, ilustra muito do paradoxo dessa modernidade escravista ou conservadora.

É essa relação complexa entre escravidão e modernidade que nem sempre os historiadores conseguem perceber. Ficando sempre com o lado atrasado e violento da mesma, e negando aos escravizados um papel ativo em toda a modernidade que se instaurou no país durante a vigência desse regime.

[RC]: Em quais os setores da economia estão mais nítidas as raízes da escravidão hoje?

[LFS]: Encontramos essas raízes na absurda concentração de renda que temos hoje em nosso país. Creio que em nenhum sistema econômico a concentração de renda é tão explícita quanto nas economias escravistas modernas, afinal o escravo, antes de ser um indivíduo que podia possuir renda, era parte da renda de outrem. Isso gera problemas metodológicos sérios quando os historiadores econômicos querem trabalhar com nossa economia no século XIX. Afinal, quando se tenta falar da renda per capita como fazem, entre outros, Celso Furtado, fico pensando: Os escravos entram na conta como pessoas ou como bens? Isso para não falarmos das populações nativas ainda não contatadas, ou contatadas em diferentes graus de interação com a “civilização imperial brasileira”.

Essa herança se traduz na desigualdade social ou na distância que separa os brasileiros ditos “pobres” ou despossuídos das classes médias e altas. O índice GINI, que mede a concentração de renda, coloca o país em uma faixa muito alta (algo como 10ª economia com maior concentração da renda). Não obstante isso, existem países como a África do Sul e Colômbia que possuem concentrações maiores que a nossa. Esse dado, porém, é enganoso pois nenhum destes países tem uma população tão grande quanto a brasileira

(da ordem de 200 milhões de pessoas). A concentração aqui é imoral, indecente e sistêmica.

Ainda encontramos esses atavismos em um “mundo rural” baseado em uma brutal concentração de terras que tende a uma produção monocultora e fortemente voltada para o mercado, de preferência de exportação. Esse “mundo rural” profundamente excludente e violento hoje é disfarçado no slogan “Agro é pop, Agro é tech, Agro é tudo”. Muito moderno e ao mesmo tempo extremamente arcaico.

Esse mundo possuiu ainda um leque de relações de trabalho que de “livre” só mantém o nome, porque desde a abolição da escravidão, as principais formas de trabalho agrário não foram capitalistas no sentido lato do termo. Foram (e são) formas como a meação, colonato, barracão, empreitadas, etc, que sustentam taxas de remuneração superiores àquelas que se teria com o assalariamento pura e simplesmente.

Isso foi uma das primeiras coisas que estudei na minha vida acadêmica, a transição do trabalho escravo para o livre, o que é um circuito difícil de “fechar” para mim. Parece figura de retórica (e também é), mas a escravidão acabou em 1888 e as leis trabalhistas só chegaram em sua plenitude para o trabalhador rural 100 anos depois, em 1988, com a nossa última Constituição. Durante esses 100 anos, a maior parte das relações de trabalho “livres” que tivemos poderiam ser encaixadas no que a ONU diz ser “formas contemporâneas de trabalho escravo” e o Ministério do Trabalho tipifica (ou tipificava) como “análogo à escravidão”.

Em termos também muito objetivos, o IBGE e as estatísticas oficiais mostram o genocídio de milhares de jovens negros nas periferias brasileiras; a desigualdade de renda e oportunidade dos trabalhadores negros, o grau de escolaridade que tem relevo sensível nos dados coletados, a situação das mulheres negras, enfim, isso é herança, mas é também sistêmico em nosso modelo econômico. Digo sistêmico não porque faça parte do sistema, mas porque é engrenagem fundamental na sua manutenção e evolução.

A violência que atinge as grandes, médias e agora pequenas cidades brasileiras está diretamente ligada às oportunidades geradas por atividades ilícitas (na maioria das vezes o tráfico de drogas) que têm remuneração muito superior aos valores que as populações mais pobres têm acesso. Só que essa mesma remuneração baixa é condição fundamental para a manutenção e funcionamento de nossa economia em serviços gerais, construção civil, limpeza, trabalhos domésticos e outros. A sociologia do trabalho já mostrou como essa disfuncionalidade em nossa mão de obra garante muito dos lucros dos empregadores brasileiros. É um falso círculo vicioso aquele que diz que os trabalhadores brasileiros ganham mal porque são mal qualificados e são mal qualificados porque ganham mal. Falso porque esses mesmos trabalhadores podem e são melhor remunerados como imigrantes ilegais que laboram na mesma atividade que tinham no Brasil.

Em termos mais subjetivos, existe o desprezo pelo trabalho manual e a justificativa de relações servis, próximas da pessoalidade e da famosa expressão “ela [no caso das trabalhadoras domésticas] é quase da família!”. Um racismo estruturante e estrutural das relações cotidianas e um ocultamento da importância que o trabalho desses milhões de seres humanos teve e na nossa formação, como aprendi com Silvio Humberto Passos Cunha, meu compadre, historiador econômico, vereador e um dos mais atuantes líderes do movimento negro na Bahia.

Caio Prado Junior, na introdução do seu “Formação do Brasil Contemporâneo”, dizia que os historiadores estrangeiros ficavam espantados com o fato de que, no Brasil, vários comportamentos históricos coloniais estavam vivos e presentes. Tendemos a ver essa frase como uma herança positiva, uma nostalgia ou certa saudade bucólica. Imaginamos métodos

antigos de se plantar, colher, produzir alimentos; moendas, monjolos e carros de boi ainda funcionando, linguajares, crenças, enfim...

Acho que o espanto não era bem esse! Temos heranças do passado em todo o mundo, normalmente isso se traduz em festas, crenças, vestimentas, culinárias. No caso do Brasil, acho que essa herança é assustadora no sentido de manter vivas certas tradições muito nefastas! Da nossa violência cotidiana, das relações senhoriais, de populações inteiras despojadas de bens e serviços básicos.

Enfim, acho que a pergunta pode ser invertida: Existem aspectos de nossa economia hoje em que não se possa ver essas raízes escravas? Sim, existem. Porém, são frutos de lutas e conquistas sociais e estão constantemente ameaçadas como estamos vendo recentemente, com as tentativas de mudanças nos critérios que definem trabalho escravo, na flexibilização das leis trabalhistas, na educação, nos direitos de grupos marginalizados e por aí vai.

[RC]: Esse processo pode ser entendido como um processo de modernização conservadora?

[LFS]: Eu creio e defendo que sim! Entendo que essa é uma “chave de leitura” extremamente importante para avançarmos na compreensão do nosso passado.

Dizer que o Brasil era um país atrasado no século XIX – que é o período que eu estudo – é um anacronismo terrível que não resolve a equação! A economia brasileira estava entre as 10 maiores exportadoras mundiais de 1820 e, até pelo menos 1930, não só era uma das maiores economias, mas também uma das mais modernas. Fomos o “segundo” país do mundo e o “primeiro” país da América Latina em vários “avanços”, para além do telefone, como mencionei antes. Esses avanços não eram somente importações de modismos, como pode parecer, mas se relacionaram “organicamente” na própria estrutura da economia e sociedade brasileira.

Fomos um dos primeiros países do mundo a ter uma legislação de propriedade intelectual. A nossa 1ª lei de patentes é de 1809, anterior mesmo à de Portugal! Quando você observa essas patentes percebe que a maior parte delas foi feita por pessoas residentes no Brasil. Claro que havia estrangeiros que patentearam máquinas e melhoramentos aqui, mas a maior parte delas foi registrada por brasileiros.

Fomos também um dos primeiros países do mundo a ter navios a vapor, ainda em 1826, na Bahia, por obra e graça de Felisberto Caldeira Brant, o Marques de Barbacena, que era um entusiasta das máquinas a vapor em geral e grande escravagista. Tivemos também, muito cedo em relação à maioria dos países do mundo, companhias e linhas de navegação a vapor nacionais e internacionais.

Também assistimos aqui, em 1831, a fundação da primeira Caixa Econômica da América Latina, anterior a criação das Caixas Econômicas de Portugal e Espanha. Ela foi criada no Rio de Janeiro com o objetivo de estimular a poupança das camadas populares, incluindo aí escravos, conseguindo amearhar quantias muito significativas. Esse modelo rapidamente se espalhou por várias cidades brasileiras como Salvador, Ouro Preto, Recife, “Valenças” (as duas, a do Rio de Janeiro e também a da Bahia).

Fomos o primeiro país a aderir a reforma postal inglesa que revolucionou o sistema de Correios no mundo inteiro e facilitou enormemente as comunicações e o comércio, isso em 1842. O nosso Código Comercial de 1850 é um dos primeiros e mais avançados do mundo. Também fomos pioneiros na invenção e disseminação da fotografia.

As ferrovias no Brasil começaram a ser construídas na década de 1850, porém já na década de 1830 encontramos projetos e leis autorizando e estimulando a instalação das mesmas.

A lâmpada elétrica de Thomas Alva Edison foi inventada em 1879, mesmo ano em que o Imperador D. Pedro II autorizou a implantação desse sistema para as cidades brasileiras. Nova York foi a primeira cidade do mundo a contar com iluminação elétrica, em 1882. Campos dos Goytacazes foi a segunda, no ano seguinte! O Rio de Janeiro e outras capitais de províncias, como Fortaleza, por exemplo, demoraram a ter os seus sistemas substituídos, não por atraso ou recusa do novo, mas porque já haviam modernizado os seus sistemas de iluminação urbana para o gás desde a década de 1850, então essas concessões tinham prazos que duravam muitos anos. Nesse caso vemos que algumas modernizações acabavam por se sobrepor e “atrasar” outras posteriores.

A telefonia, o sistema de telégrafos, incluindo um dos primeiros cabos intercontinentais ligando o Brasil à Europa via Inglaterra... Enfim, poderíamos citar várias outras inovações como essas, a questão é que, muitas vezes esses avanços são tomados como eventos únicos, de difícil explicação, mas quando são vistos em conjunto, fica mais claro que existe aí uma nação moderna, mas que também era uma nação escravista.

A maioria dessas “modernizações” são tomadas como o amor de D. Pedro II pela ciência ou então pelo pioneirismo de determinados indivíduos que seriam *avant la lettre* cujo grande exemplo, longe de ser o único, é o Visconde de Mauá. O que estamos dizendo é que essas modernizações não eram esporádicas, isoladas e fruto da ação de homens e mulheres especiais e muito menos que esse processo ocorria *apesar de sermos* agroexportadores e escravistas. Esse processo fazia parte da própria lógica de ser uma sociedade escravista no século XIX.

A escravidão e as pessoas escravizadas causaram essas modernizações e participaram delas de várias formas. Primeiramente, foi o trabalho dessas pessoas escravizadas que gerou o capital necessário para esses investimentos, pois veio do café, açúcar, algodão, fumo, mate, couro, carnes e outros o capital necessário para a atração e instalação desses empreendimentos. Essa renda gerada ainda tinha uma outra característica: o ser escravizado era um ativo importante na composição das riquezas dos grandes proprietários e uma das principais garantias para conseguir créditos, ou seja, dinheiro emprestado para inúmeros fins.

Em 2º lugar, muitas e muitas vezes a mão escrava construiu esses barcos e ferrovias; forjou e consertou motores à vapor; instalou e expandiu cabos de telégrafo, telefone, energia; entregou cartas; operou máquinas nas fábricas e nas lavouras – ou seja, participou ativamente desses processos. Historiadores norte-americanos já identificaram pessoas escravizadas que patentearam processos inventivos no século XIX, no Brasil não temos estudos que mostrem isso e até acho difícil encontrarmos um “escravo inventor”, porém várias fábricas e estabelecimentos industriais que registraram patentes no século XIX tinham escravizados entre os seus trabalhadores, daí acho lógico imaginar que, embora eles não tivessem o direito à propriedade da invenção, como propriedade de outros, eles participaram ativamente desses processos.

Em 3º lugar, todos esses processos ajudavam a explorar de forma mais eficiente os trabalhadores em geral e os escravos em particular. Creio que é desnecessário dizer mas produzir, beneficiar e transportar os artigos de exportação com maior qualidade e menor preço era algo que interessava a todos, particularmente aos grandes proprietários. Comunicar-se de forma mais eficiente, ter acesso a bens e produtos do mundo inteiro, locomover-se em cidades mais iluminadas e seguras, dificultar a fuga e revoltas desses escravos, tudo isso faz parte do processo de modernização onde a escravidão é parte importante, para não dizer fundamental.

Em 4º lugar, a maioria desses empreendimentos se revelou muito rentável e aumentou a fortuna dos grupos de investidores, diversificando seus portfólios e mantendo-os nos extratos mais altos da sociedade. É dizer que a fortuna gerada pela escravidão se desdobrou em outras atividades que criaram outras fortunas não escravas.

Em 5º lugar e em termos mais subjetivos, creio que a própria condenação moral que a escravidão estava alcançando no mundo ao longo do século XIX funcionou como um poderoso incentivo a esses processos. Uma espécie de reação “contra-fóbica” dos grupos dominantes brasileiros que, ao serem constantemente atacados pela manutenção da escravidão no país, se defendiam através de todos os avanços e modernidades possíveis. Quase todos os líderes pioneiros e empreendedores das cidades brasileiras no século XIX eram proprietários de escravos ou tiveram parte muito importante de sua renda associada à escravidão, porém, a maioria deles “entrou” para a História como benfeitores, defensores do progresso, agentes da mudança.

Tomados em conjunto, esses processos são difíceis de serem mensurados, mas não podem ser subestimados e existem evidências muito fortes de que, ao invés da escravidão ter impedido a modernização brasileira durante a sua existência no século XIX, ocorreu o contrário: toda a modernização que o Brasil teve no século XIX está diretamente ligada à escravidão.

[RC]: Como a história econômica pode ajudar a construir chaves explicativas para esse processo?

[LFS]: No sentido de uma Modernização Conservadora, acho que muito! A História Econômica, em linhas gerais, tem uma característica que é a de buscar o normal, o comum, o trivial. O fato único e irrepetível da história política, o singular da história social ou o excepcional/normal da história cultural diz algo, mas não tudo ao historiador econômico. O que a história econômica busca, como método e a maior parte das suas escolas ou linhagens teóricas como objeto, é a forma banal, massiva e rotineira de como a maioria dos homens e mulheres faziam para produzir, distribuir e consumir o essencial (e o supérfluo) para a vida.

As dimensões da produção, distribuição e consumo – e mais modernamente a reflexão sobre essas dimensões ou o “pensamento econômico” – pressupõem buscar as práticas sociais mais comuns e disseminadas. Nesse sentido, a História Econômica é parte integrante das Ciências Sociais partilhando da maioria dos seus métodos e perspectivas.

Isso, aparentemente, pode limitar as investigações, mas ao mesmo tempo dá uma maior dimensão aos estudos que são feitos. Por exemplo, a partir de meados da década de 1980 os historiadores sociais e, posteriormente àqueles ligados aos estudos culturais (em suas múltiplas dimensões teóricas) “acusaram” – e com razão –, que os historiadores econômicos davam pouco valor às experiências como revoltas, fugas e demais resistências escravas; que não levavam em conta as práticas culturais como vestuário, culinárias, festas, religiosidades, enfim, uma série de dimensões que dificilmente eram levadas em conta pelos estudos dos historiadores econômicos.

Ao mesmo tempo, a História se fragmentou em múltiplos estudos onde o singular predominou sobre o regular. Passamos a encontrar inúmeros textos que expressavam experiências de cativos, homens livres pobres, mulheres, crianças, grandes comerciantes e fazendeiros sempre operando em lógicas muito próprias, nem sempre com conexões com o todo, com a sociedade estudada.

As grandes interpretações foram minimizadas ou combatidas, dificilmente substituídas. De certa forma, a “historiografia” substituiu a “teoria”, obliterando as concepções globais e explicativas dos processos. No caso do Brasil dos séculos XIX e XX, os estudos sobre esse período tendiam a apresentar lista de autores, mais do que concepções objetivas das questões e problemas abordados. Claro que existia uma concepção de história por trás, mas essa concepção raramente aparecia ou era delimitada.

Isso novamente é uma crítica geral. Temos trabalhos fantásticos nessa seara, particularmente aqueles que abordaram experiências individuais como reflexos de atividades sociais muito expressivas, como em “A morte é uma festa” de João José Reis ou “O império do Divino” de Martha Abreu, para ficar somente em duas pesquisas muito interessantes sobre tradições e modernidades no Brasil do século XIX.

Creio que nos últimos anos estamos vislumbrando a superação dessas dicotomias. Aprendemos com os estudos de fundo social e cultural que essas experiências até então menosprezadas eram (e são) muito importantes. E aí, quando a História Econômica aprende a valorar essas dimensões e vai a campo, mostra que essas experiências tinham importância e relevo nas atividades de produção, distribuição e consumo de homens e mulheres. Relevo no sentido quase estatístico mesmo, que tem “relevância” nos gráficos.

Assim, por exemplo, quando se estuda os processos de manumissão (alforrias) escravas, parte dos estudos culturais e sociais tendia a ver uma ação de indivíduos frente a um sistema (escravizados versus escravidão). Esse “sistema” raramente era descrito e, no máximo, esboçavam-se seus contornos gerais. Normalmente eram histórias individuais das quais se retiravam alguns comportamentos coletivos. Quando os historiadores econômicos produzem pesquisas sérias e embasadas sobre esse tema, vemos que havia um mercado de alforrias, que esse mercado era regulado por preços que variavam ao longo do tempo e das conjunturas econômicas. Vemos ainda que a alforria era uma ação dos escravizados muito maior e mais sistemática do que apenas a ação do indivíduo que conseguiu se libertar, mas que também os escravizadores atuavam nesse processo delimitando as margens de negociação, preço, condições de trabalho. Assim, esse “sistema” operava na lógica de mercado, buscando maximizar os lucros (adquiridos com o trabalho e com a venda da liberdade), mas também era um sistema que usava a violência, a coação, a resistência, a fuga e a negociação entre ambos os lados para conseguirem vantagens. Por fim as conjunturas, crises e expansões da economia atuavam nessas relações, forçando-as a se reconfigurarem o tempo todo.

Outro exemplo se refere às constantes revoltas, resistências e ações escravas no sentido de uma liberdade possível ou uma reação ao sistema, o que vários historiadores têm chamado hoje de “agência” escrava. Não poucos autores dizem que essas revoltas inviabilizaram a produção em fazendas, cidades e regiões do Império e levaram ao colapso do sistema escravista. No entanto, quando olhamos a pauta de exportação brasileira para os anos de 1887, 1888 e 1889, vemos que tal dado não se confirma; as exportações brasileiras não caíram por uma revolta generalizada dos escravizados, como ocorreu em São Domingos quase um século antes. Porém, as exportações brasileiras na década de 1880, tomadas como um todo, acusam um “golpe”, que foi o menor índice de crescimento de toda a série histórica para o século XIX. Então, a conclusão é mais complexa: a resistência escrava, junto às ações abolicionistas, estavam, de fato, inviabilizando a escravidão como sistema produtivo no país, fato “estrutural” que levou ao seu fim.

Acho que um último exemplo, um pouco anacrônico, pode ilustrar melhor esse ponto. Durante muito tempo, atividades como festas e tradições populares foram vistos como o

avesso da economia formal, como uma “deseconomia”. Quando economistas como Amartya Senn e outros mostraram que existe uma economia da cultura, no sentido de que essas atividades geram empregos, rendas, encadeamentos vários, a falsa dicotomia entre cultura e economia foi finalmente posta de lado. Não entendo uma História Econômica que não leve em conta aspectos culturais, assim como não entendo uma História Cultural que não perceba a importância que as atividades e ideias econômicas têm para as sociedades ao longo do tempo.

Por fim, tendo a achar que a História Econômica constrói o “cenário” onde os agentes históricos encenam suas peças, mas também acho que a História Cultural oferece sempre novos elementos, construindo e sugerindo dados para que os historiadores econômicos incorporem novas agendas de pesquisa nessa peça!

[RC]: Se a escravidão no Brasil também significou a possibilidade de Modernidade porque a Historiografia vê tanto atraso?

[LFS]: Uma das coisas que, indiretamente, tenho estudado nesses últimos anos e onde começo a esboçar uma explicação para essa pergunta tem a ver com os “usos” da História. Ou seja, a sua importância para a construção de um conhecimento social que influencia as demais ciências humanas e a política nacional. Se você analisar a visão dominante nos círculos acadêmicos, nas universidades e entre a maioria das pessoas ditas “cultas” no país, ou seja, em um certo “senso comum”, quais são as razões do nosso atraso?

A explicação em linhas gerais é: Nós somos um país atrasado porque fomos descobertos e colonizados a partir dos interesses mercantilistas europeus. Fomos colonizados e explorados para gerar riquezas para Portugal e, por tabela, na Europa. Para manter essa estrutura, foi montada aqui a famosa “tríade da *plantation*”: latifúndio, monocultura e trabalho escravo (de preferência africano). Essa economia se prolongou depois da Independência, levando a uma sociedade injusta e profundamente desigual. Praticamente, não houve avanços e modernização nessa sociedade ao longo do século XIX e no começo do XX porque fomos colônia de Portugal até a Independência, depois nos tornamos dependentes em termos de capital e tecnologia da Inglaterra e depois dos Estados Unidos.

A ausência de indústrias e de um mercado interno importante estava ligada às proibições e restrições da metrópole e, posteriormente, à concorrência das grandes potências, aliadas ao baixo nível técnico dos nossos trabalhadores boçalizados pela escravidão e ao desinteresse estúpido de nossas elites conservadoras. Os poucos avanços seriam fruto de necessidades do sistema (como portos e ferrovias para o escoamento das safras) ou de heroicos empresários empreendedores que, rapidamente, foram tragados por um Estado e uma sociedade arcaica.

O ponto é que, quando lemos a documentação do período (jornais, livros, artigos, discursos parlamentares, etc.) até meados do século XX, a maioria dos autores contemporâneos ao período não achavam o Brasil um país menor, pobre, arcaico e periférico. Ao contrário, a visão era de ufanismo, de valorizar os nossos recursos e potencialidades. Um fato importante a ser frisado é que também assistimos a um grande crescimento no número de indústrias, fábricas e outras ações modernizantes. No censo industrial de 1920, por exemplo, o país tinha mais de 13 mil fábricas e, pelo menos um terço das cidades já possuíam iluminação elétrica, entre outros “avanços”. Então, o que mudou?

Na minha visão, o cerne da questão está na crise do capitalismo liberal entre 1870 e 1945 e no reordenamento da economia mundial do pós-guerra. Ao final do século XIX,

assistimos às crises mundiais do capitalismo, como a depressão da década de 1870 e ao aumento das disputas imperialistas que vão desaguar na I Guerra Mundial – que irá promover mudanças radicais na economia mundial ao alçar os EUA como “nova” potência, além da ascensão de um novo regime político econômico, o socialismo da URSS.

À destruição e crise maciça das economias europeias, acresce ainda o horror promovido pela “Era do Massacre”, pela destruição e morte em escala jamais antes pensada. Os 11 milhões de mortos da I Guerra Mundial provocaram as primeiras reflexões mais sérias sobre os custos e consequências dessa sociedade tecnológica... Porém, o que viria depois seria mais assustador ainda; depois de um período um pouco ‘disperso’ e de euforia (os loucos anos de 1920), o que assistimos foi a crise de 29 e a violenta depressão que se seguiu na maioria dos países capitalistas avançados – paradoxalmente, a URSS passou incólume à essa crise, mas também as economias fascistas da Alemanha e Itália, principalmente. Esses regimes geravam sentimentos contraditórios de repulsa e atração, mas a II Guerra Mundial rapidamente acabou com qualquer esperança da manutenção na “velha” ordem mundial ao quadruplicar a destruição e mortes da I Guerra.

Para o mundo, e, particularmente para o Brasil, não ficava mais dúvida de que os modelos anteriores de desenvolvimento econômico estavam errados ou que a inserção da economia brasileira no mundo precisava mudar e que a indústria seria a solução para o país.

Esse processo de crescimento industrial já vinha acontecendo desde o século XIX e se acelerou nas primeiras décadas do século XX, impulsionada pela expansão das economias exportadoras que geravam capital e pelo que os especialistas chamam de “choques adversos”, as crises mundiais (como a própria I Guerra Mundial). Esse processo de criação de indústrias se acelerou mais ainda a partir da crise de 29 e da depressão que se seguiu. E, isso, independente da “vontade dos homens”, ou seja, de Getúlio Vargas e dos grupos que chegaram ao poder junto com ele após o movimento de 1930. Mas esses homens também traziam a vontade de mudar o perfil de nossa economia!

As indústrias brasileiras aqui instaladas aumentaram a sua produção quase que automaticamente, porque a crise e a desorganização do comércio mundial praticamente as obrigaram a isso. As exportações de café caíram 60% no ano de 1930, isso só do café, que à época representava 70% das receitas de exportação do Estado brasileiro. Ou seja, menos exportação e menos capital para importar. Como fazer para adquirir os milhares de produtos manufaturados dos quais a economia necessitava? A indústria nacional aqui já instalada, as 13 mil e tantas fábricas recebem um estímulo muito grande, um choque adverso... somado a isso o Estado Brasileiro começa um projeto de fato industrializante e nacionalista, por força das circunstâncias externas, mas também como ideologia fortemente assumida no período. Ao mesmo tempo, durante a II Guerra Mundial, a defasagem industrial que havia entre o Brasil e as economias mais industrializadas fica ainda maior pelo esforço de guerra e, no imediato pós guerra, o mundo havia mudado completamente!

Bom, o que isso tem a ver com as principais teorias sobre a nossa sociedade? Datam dessa fase as grandes interpretações sobre a nossa história, tais como as obras de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, só para ficarmos no campo da História. Na economia, além de Roberto Simonsen e Valentin Bouças, temos Celso Furtado e a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Vão ser desses autores as interpretações mais poderosas sobre a nossa história, aquelas que até hoje predominam nos livros didáticos, nas ciências sociais e no senso comum.

Esses autores com diversas referências teóricas, diversas concepções políticas e áreas

de pesquisa distintas, tinham em comum uma insatisfação com a realidade brasileira, um sentimento de necessidade de mudança que era real e estava ocorrendo no Brasil e no mundo. A industrialização brasileira e um projeto desenvolvimentista passaram a ser uma espécie de consenso entre os intelectuais, políticos e brasileiros em geral; era necessário modernizar o país.

Mas, se tínhamos que modernizar o país porque não éramos modernos, então a resposta (ou a verdade óbvia) é que nós éramos atrasados! Daí que a maioria das concepções históricas, tanto aquelas feitas por historiadores, como as realizadas pelos economistas – do qual Celso Furtado é o melhor exemplo – começaram a fazer “tábula rasa” do passado brasileiro. De uma maneira muito esquemática, o que se lê em várias obras do período foi que nossa colonização portuguesa mercantil privilegiou o trabalho escravo, criou uma sociedade indolente, violenta, arcaica e avessa à modernização e dependente dos fluxos e capitais externos.

Essa concepção é mais cristalizada na obra “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado, que passou a ser a principal explicação do não desenvolvimento e do atraso da economia brasileira. As indústrias e os empreendimentos modernizantes, quando eram considerados, o eram sempre pelo signo do atraso e da incompletude... Daí, expressões como “surto industrial”, “centro/periferia”, “subdesenvolvimento”. O sucesso editorial dessa obra é quase tão grande quanto Machado de Assis e isso é impressionante por se tratar de uma obra de Economia.

[RC]: Qual é a sua avaliação a respeito da historiografia que julga ter havido um “projeto arcaico” de sociedade para o Brasil oitocentista?

[LFS]: Essa “escola historiográfica”, da qual vários professores do departamento a que pertencem fazem parte, cresceu muito desde os anos 1990, se consolidando em várias universidades e instituições de ensino e pesquisa no Rio de Janeiro, além de outras importantes regiões do país. Não obstante isso, severas críticas surgiram desde a publicação do seu primeiro texto – ou “O Arcaísmo como Projeto”, de João Fragoso e Manolo Florentino, em 1993. Atualmente, a maioria dos membros denominam essa corrente como “Antigo Regime nos Trópicos”.

Entendo essa “escola” como uma resposta à crise do modelo de industrialização que se instalou no Brasil a partir da década de 1940 e que se tornou hegemônico entre nós, como eu me referi na pergunta anterior. Se antes o que movia os historiadores e economistas eram as perguntas “Por que nós não somos um país industrial? Porque nós somos uma economia atrasada, periférica?”, a resposta obviamente estava em nosso passado colonial e escravista, mais ou menos no modelo que vimos.

Nos anos 1980 o Brasil já era, de fato, uma economia industrial, mesmo com a crise final da ditadura militar que se traduziu na década perdida. Éramos uma das 10 maiores economias industriais do mundo. Desde 1970 já éramos mais urbanos que rurais. As grandes cidades brasileiras possuíam um aparelhamento urbano muito sofisticado, já tínhamos um sistema nacional de energia, comunicações, transportes, enfim, o projeto desenvolvimentista tinha completado muitas de suas propostas. Mas, e então? Como era a realidade brasileira? Ao invés do moderno ter expurgado o arcaico, essas duas características haviam se combinado de formas insuspeitas e muito danosas, inclusive com o regime militar, pelo qual a sociedade brasileira havia atravessado com mortos e feridos.

Éramos (e somos) uma sociedade profundamente injusta e desigual, tínhamos

uma concentração de renda imensa, uma violência já muito alta – claro que hoje em dia ela é ainda maior – havia poucas dúvidas de que o projeto desenvolvimentista não havia dado certo no sentido de uma sociedade mais justa. Acho que é um pouco nesse “caldo” que os historiadores do “Arcaísmo como projeto” se defrontaram e tentaram responder com suas pesquisas. Aliás, acho que outra corrente da qual os autores do “Arcaísmo” beberam em suas origens é a do “Modo de Produção Escravista Colonial” – da década de 1970 e que tem entre os seus principais autores Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. Os autores do “Modo de Produção Escravista Colonial” já partilhavam parte dessa angústia com um modelo social – no presente – muito excludente e buscavam suas origens – em nosso passado – na forma como a escravidão havia criado uma sociedade com autonomia e “leis” próprias de funcionamento.

Apesar de todas as críticas que se faz à “escola” do Arcaísmo, existe um ponto de inflexão e de mudança que é muito importante. Grande parte das críticas ao subdesenvolvimento de nossa economia se referia à uma culpa externa, à uma dependência do país em relação ao sistema colonial português e depois ao imperialismo inglês e norte-americano. Essa externalidade dizia que, em suma, não nos desenvolvemos porque sempre fomos explorados por outros. Um pouco a música do Raul Seixas “A solução pro nosso povo eu vou dar / Negócio bom assim ninguém nunca viu / Tá tudo pronto aqui é só vir pegar / A solução é alugar o Brasil!”, e por aí ia.

O que os autores fizeram ainda no livro de 1993 foi dizer que esse projeto, via colonização portuguesa, era nosso; havia se internalizado e assumido pelo “capital residente”, na expressão dos autores. Quando eles falam do maior intercâmbio entre grupos mercantis e rurais, quando eles negam uma dicotomia metrópole versus colônia, eles também estão apontando para o fato de que fomos nós que assumimos esse arcaico projeto de nação. Essa corrente também tem forte consonância com os textos e produções de uma história política de nossa independência que retiraram completamente aquele caráter de ruptura entre o Brasil e Portugal, como um processo que faz parte de um projeto de nação no final do século XVIII.

Independente desses avanços historiográficos, entendo que esta escola tem alguns problemas de interpretação por levar ao limite o conceito de “arcaico”, ou de “Antigo Regime”. Se as permanências culturais são muito grandes e muito profundas, como a Antropologia e a História Cultural nos mostraram, igualmente claro é que as forças geradas pela rápida expansão do capitalismo em nível mundial foram tão avassaladoras a ponto de levarem, de fato, à ruptura entre o Brasil e Portugal; ou à mudança nos padrões de consumo em nível mundial; ou à condenação da escravidão em termos morais, ao mesmo tempo em que ela aumentava exponencialmente entre nós no período do final do século XVIII até a metade do XIX. O comportamento arcaico se modificou, as tradições também e o antigo regime se modernizou. É esse processo que eu acho que nem sempre essas interpretações levam em conta.

[RC]: E qual sua opinião sobre a corrente denominada de “Segunda Escravidão”?

[LFS]: Essa é uma corrente que tem crescido muito nos últimos anos e, coincidentemente, tem o seu “texto fundante” também publicado quase à mesma época em que o “O Arcaísmo como Projeto”. O artigo de Dale Tomich, que enuncia o conceito de “segunda escravidão”, é um pouco anterior, pois foi publicado em 1989, embora essa ideia tenha demorado um pouco mais para chegar entre nós.

Faço parte de um grupo de pesquisa com os principais representantes dessa

corrente no Brasil, estando entre nós Ricardo Salles, Rafael Marquese, Mariana Muaze e vários outros professores. Tenho participado de seminários e encontros do grupo; então, acho que posso dizer que minhas pesquisas e temáticas se relacionam com essa corrente.

Gosto – no sentido de que “uso” – do conceito de Segunda Escravidão porque acho que é uma explicação estrutural para as transformações mundiais operadas pelo capitalismo no mundo inteiro ao longo do longo século XIX, inseridas aí as sociedades escravistas como Brasil, Cuba e o sul dos Estados Unidos. A ideia de que a escravidão contribuiu para a expansão do capitalismo aumentando e massificando a produção e o consumo de artigos como café, açúcar e roupas de algodão é concordante com os dados apresentados sobre o comércio mundial e a situação dos trabalhadores na Europa. Também os dados de entrada maciça de escravos ao final do XVIII e nas primeiras décadas do XIX na América, são muito bem explicados pela Segunda Escravidão.

Acho que é uma boa retomada dos estudos marxistas, como os de Caio Prado Junior, apenas com mais evidências empíricas (leia-se “fontes pesquisadas”), com mais discussões teóricas e ainda com comparações com outras regiões da América, elementos que eram ausentes nos estudos anteriores. Nesse ponto, a perspectiva de uma História Global, que o conceito de Segunda Escravidão traz, é muito interessante também porque obriga os historiadores brasileiros a romperem com certo isolacionismo e lerem e citarem outros autores de “fora”.

Obviamente, tenho críticas à alguns aspectos da Segunda Escravidão, não no sentido de estarem errados, mas incompletos, como creio que a maioria dos autores que trabalham com esse conceito também têm. Acho que é necessário aprofundar o conceito de escravidão para além das tríades Café, Açúcar e Algodão / Brasil, Cuba e EUA, reconhecendo, no caso do Brasil, a existência de áreas e regiões do território vinculados a outros produtos agroexportados, como o próprio açúcar e algodão, mas também o fumo, a carne, couros e peles. Isso é um pouco a pesquisa que estamos desenvolvendo aqui na Espanha: entender como essas regiões têm uma importância muito grande para serem “descartadas” somente porque o café era o principal produto de exportação. A título de exemplo, se somarmos as exportações de açúcar e algodão brasileiras ao longo do século XIX, elas eram superiores às das economias da Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela durante todo o período. Ou seja, as regiões açucareiras, algodoceiras e fumageiras setentrionais; regiões do centro-sul (nosso Sudeste atual), como Campos dos Goytacazes e Campinas, as quais eram fortemente vinculadas ao açúcar; várias regiões das Minas Gerais, com distintas produções e vinculações aos mercados externos, todas elas não serão levadas em conta se centralizarmos nossas análises somente no café!

Outra crítica refere-se ao quanto a Segunda Escravidão operacionaliza as pesquisas para uma economia-mundo, mas não para uma economia-nação, ou seja, os desdobramentos desse aumento exponencial do tráfico, da escravidão e da agroexportação deixaram marcas profundas dentro dessas economias. Desde a criação de canais mercantis mais densos, passando por trocas e experiências sociais mais complexas, bem como o desdobramento em atividades modernizantes como indústrias, empresas de transportes, serviços, comércio e outras.

[RC]: Você concorda com o entendimento de que na história do Brasil o moderno se alimenta do atraso?

[LFS]: Concordo e é basicamente isso que tem movido as minhas pesquisas nos últimos anos, desde que não consegui me “livrar” das perguntas que fazia ainda

no mestrado! Vamos partir para um raciocínio de lógica: O que é ser “moderno”? Creio que é estar atento a todas as inovações e avanços – materiais, tecnológicas ou intelectuais – que me permitam ter uma vida mais confortável e reduzir, ao máximo, minhas dificuldades e mazelas. Se essa é uma definição aceitável de moderno, creio que ser moderno é, paradoxalmente, tentar melhorar as coisas mantendo-as como estão!

É de Lampedusa, em sua obra *Il Gattopardo*, a expressão: “é necessário que tudo mude para que tudo permaneça como está” e é um pouco o que está ocorrendo em nosso país e em nossa economia nos últimos 200 anos. Apenas uma correção à pergunta: acho que no Brasil é o atraso que se alimenta do moderno. Para que telefones? Para mais comodamente chamar a polícia em caso de revoltas escravas, já propagandeava os introdutores do telefone em Juiz de Fora, no ano de 1883.

Para que máquinas de beneficiamento, ferrovias, rodovias, portos, bondes, iluminação elétrica? Para poder produzir e escoar mais comodamente a produção agrícola e viver mais confortavelmente nas cidades. Para que indústrias? Para se acessar bens e artigos que se produzem no mundo, fazendo-os aqui. Para que ser dono de banco? Bom, isso nem necessita explicação...

Tudo isso aumentava as oportunidades de investimentos dos grandes comerciantes e proprietários de terras que se envolviam nesses processos modernizantes. A maior parte destas empresas teve no capital mercantil e agrário sua origem ou uma parcela significativa de suas inversões iniciais.

Para manter esse padrão de consumo, nossas elites se utilizaram de trabalho escravo e lutaram pela manutenção do mesmo até o limite possível. Depois, conduziram um processo de abolição garantindo manter o controle *via* propriedade da terra dos velhos e dos novos trabalhadores que chegavam pela imigração europeia.

Enfim, nada mais moderno que usar as novas ferramentas de comunicação, como as redes sociais, não é mesmo? Mesmo que seja para propagar as mensagens mais reacionárias, arcaicas e atrasadas que possam existir, como vimos recentemente no caso dos EUA e do Brasil.

[RC]: Quais os trabalhos e pesquisas históricas que contribuem para esse entendimento?

[LFS]: Acredito que toda pesquisa histórica contribua de uma forma ou de outra com a construção de conhecimentos mais amplos acerca de nosso passado. Não é uma visão demagógica do fazer histórico, é claro que existem níveis de conhecimento e qualidade de conhecimento mais ou menos aprofundados, porém todo trabalho que traga novas problematizações, objetos e novas fontes pode ser, em algum momento questionado, criticado, incorporado em parte às novas sínteses.

As centenas de estudos que levantaram fontes e questões sobre a escravidão no Brasil do século XIX têm contribuições nesse processo. Claro que diante de uma perspectiva de renovação e avanço do conhecimento histórico, aqueles trabalhos que levantam grandes quantidades de fontes (normalmente em arquivos regionais de difícil acesso e condições de pesquisa) tendem a ter maior “utilidade” para os historiadores.

Também têm grande importância os grupos de pesquisas e trabalhos coletivos, como aqueles que conseguiram montar o *Slave Voyagers*, que é o maior banco de dados sobre o tráfico de escravos da África para o mundo inteiro. Normalmente, as pesquisas coletivas, com objetos e metodologias bem definidas, ajudam em muito esse processo. Tais grupos e produções de

conhecimento são relativamente recentes entre nós, mas existem e contribuem muito como também os encontros científicos e a publicação de livros, dossiês em revistas científicas.

O que é um pouco mais raro é a montagem desses bancos de dados coletivos. Por exemplo, quais os preços que os escravos tinham ao longo do século XIX? Essa pergunta pressupõe múltiplas respostas, pois o preço variou por épocas, regiões, sexo, idade, profissões, etc. e a resposta só pode ser elaborada com a compilação de dados e sua publicação em plataformas de pesquisas que possam ser acessadas por outros pesquisadores. Isso ainda é relativamente recente entre nós – talvez as associações científicas pudessem ter um papel maior nesse sentido. Eu, como atual presidente da ABPHE, reconheço que é uma falha nossa, minha no caso, de empreender poucos esforços nesse sentido.

Também existem historiadores que nem sempre receberam o devido reconhecimento por seus trabalhos e que as nossas pesquisas atuais estão “arrombando” portas que já tinham sido gentilmente abertas por eles. Lembro-me de uma disciplina que cursava em 1999, ainda no mestrado. Na ocasião liamos um texto emblemático da professora Eulália Lobo intitulado “Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro” e eu questionava que Revolução Industrial seria essa em uma sociedade escravista? Hoje me vejo exatamente defendendo essa tese. Ponto para ela, a falha era minha!

Além de Eulália Lobo, poderia listar Mafalda Zemella, Alice Canabrava, Myrian Ellis, José Amaral Lapa, Kátia Matoso e tantos outros (e outras) que, por suas pesquisas, abriram arquivos e estabeleceram referências sobre aspectos do funcionamento de nossa economia colonial e imperial que até hoje tentamos compreender. Num certo sentido eles não construíram uma interpretação que se opusesse às sínteses de Caio Prado Junior e Celso Furtado, mas abriram rachaduras nos modelos explicativos monolíticos propostos por esses autores.

Sem menosprezar outras regiões do país, devemos reconhecer que existe uma historiografia fluminense herdeira dos estudos pioneiros de Eulália Lobo que apresentou indícios poderosos dessa modernização da economia escravista fluminense e, por extensão, das demais regiões escravistas do país. Alguns autores e pesquisas emblemáticas nesse sentido são, por exemplo, de Almir Chaiban e sua tese “Filha branca de mãe preta” que explica como as ferrovias modernas nasceram da escravidão, além de “O povo de Cam”, de Luiz Carlos Soares, que mostra o impressionante panorama de uma mão de obra escrava urbana em variadas atividades manufatureiras ou industriais. Ainda tão importantes são os trabalhos de Geraldo Beauclair de Oliveira que falam da “Pré Indústria no Rio de Janeiro” e uma visão mais “nacional” incluindo questões como pensamento econômico no Brasil do século XIX na sua tese de titular, intitulada significativamente de “Construção Inacabada”.

Construção inacabada é também o conhecimento que tenho sobre essa pergunta, mas penso que, voltando ao início das perguntas feitas, as minhas pesquisas são uma parte menor de uma história regional que tem um mérito fundamental na pesquisa sobre o país. Elas nos mostram versões cada vez mais complexas. Assim, vários estudos chamados de maneira quase pejorativa como “regionais” traziam e trazem novidades, questionamentos e novas possibilidades de interpretação. Penso muito em pesquisas como de Peter Eisenberg e o seu “modernização sem mudança” sobre Pernambuco e a produção açucareira ou os estudos de Leila Mourão sobre os processos industriais do Pará, entre tantos outros.